

24 OUT 1993

O GLOBO

Um conselho de Pombal

JOSÉ SARNEY

A denúncia e o combate à corrupção estão inseridos entre as idéias políticas do mundo ocidental. Adriano Moreira ressalta, em primoroso ensaio, que a pioneira citação sobre ela está no primeiro documento sobre a democracia, isto é, o discurso de Péricles aos mortos na Guerra do Peloponesso. Joaquim Nabuco, num pronunciamento parlamentar, nos estertores do Império (maio de 1889) e já chegando à República, sobre os negócios Lóios (as concessões para os Engenheiros Centrais), já fazia esta pergunta tão constrangedora: "Quem poderá dizer que a Câmara dos Deputados do Brasil é uma Câmara Corrupta?" E afirmava, também de maneira convicta: "Se há alguma coisa desmoralizada neste país é a concorrência pública."

Considero que não se pode separar o escândalo da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional de duas coisas: a Constituição de 88 e o Processo Collor. A Constituição de 88 criou um sistema híbrido de governo: parlamentarista e presidencialista, ao mesmo tempo. Ao Congresso agregou poderes do Executivo, como os que deu à Comissão de Orçamento, e ao Executivo, poderes legislativos como aqueles que estabeleceram, contra a Constituição, o confisco do dinheiro, a desmontagem do Estado. As medidas provisórias passaram a ser os maiores e mais influentes atos legislativos na vida dos cidadãos, outorgados pelo presidente da República.

O senhor Collor de Mello, para enfrentar esse hibridismo, resolveu criar um sistema paralelo, à margem

da lei, o tal sistema PC que planejava, executava, ordenava despesa e cobrava o imposto, isto é, tudo que era função do Estado. A diferença era de que, neste caso, o imposto era a comissão. O entrave para que funcionasse bem estava na própria Comissão de Orçamento que, também, resolveu executar o seu próprio esquema. O depoimento do acusado foi elucidador neste aspecto, e para que as coisas andassem fizeram um "acordo": o próprio senhor José Carlos foi ser o diretor do Orçamento da União.

Outro aspecto estrutural da questão se refere ao voto proporcional personalizado. Como tenho dito, seu motor é o dinheiro, porque a soma de gastos de uma eleição retira do parlamentar a legitimidade que ele precisa para exercer, sem perda de autenticidade, o seu mandato. Os partidos não se formam. E eles são o instrumento fundamental do Governo democrático, mas passam a ser uma fonte permanente de desagregação política.

A revisão constitucional, diante desses fatos, não pode deixar de ficar comprometida. Antes, o Congresso está obrigado a dar à Nação a pronta, enérgica e decisiva satisfação exigida pelos fatos. Os lamentáveis episódios atuais são um prolongamento, um desdobramento dos anteriores, isto é, da corrupção apurada no processo de impeachment. Estas coisas começam e, como dizia o presidente Castelo Branco, não se sabe como acabam. Amanhã, como no processo da Revolução Francesa de 1789, o povo não se contenta com as cabeças. Pede mais. Pede o Judiciário, pede a Fiesp e só escapam os Correios e a igreja, pelas pesquisas de credibilidade na opinião pública.

Todos me perguntam o que devo sugerir com a minha paciência e a

minha experiência. Tenho sempre respondido que, acima de tudo, devemos em primeiro lugar punir rapidamente os culpados. Isso não será tudo. Os danos causados ficarão muito tempo expostos. Depois, dar à Nação a confiança de que o Congresso tem a consciência de ser a instituição maior do que seus representantes. Exorcizar o sentimento corporativista e buscarmos, todos, sem exclusão de ninguém, estabelecer uma agenda de consenso. A menor possível, começando pelas soluções mais simples às mais complexas, com a determinação de fazer as mudanças e as limpezas de que o país necessita.

Sem um mínimo de união, de pacificação, de diálogo, de conciliação, iremos, inexoravelmente, para o terreno do desconhecido. A crise nacional ultrapassou todos os limites. Ela necessita, agora, de decisões heróicas. Ninguém pense que poderá tirar proveito dela. Ninguém julgue que poderá cavalgar as suas ondas revoltas. É hora de convergências. Quem ler erradamente o que está acontecendo vai se arrepender muito. Pior ainda, vai nos levar a uma situação imprevisível.

O mínimo que podemos fazer pelo sofrido povo brasileiro, sobretudo os mais pobres, é termos o bom senso de nos unirmos, para condenar quem tem que ser condenado. Colocar fora os traidores do país, naquele crime que Joaquim Nabuco — vamos citá-lo de novo — dizia ser o maior crime contra a soberania nacional: "Desonestidade, falta de probidade na gerência dos negócios públicos."

Fazer o que Pombal recomendava a dom José: "Enterrar os mortos e cuidar dos vivos."

José Sarney é senador pelo Amapá.